

Enviado em: 10/11/2009 - Aceito em: 12/12/2009

OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NA SADC E A POSIÇÃO DE ANGOLA

Manuel Alves da Rocha¹

RESUMO: Este artigo pretende equacionar a presente situação na SADC e a posição que neste espaço geográfico regional é detido por Angola, ao mesmo tempo que se coloca em discussão os importantes ajustamentos que estão a verificar-se na União Europeia por força da crise das dívidas soberanas. Conclui-se que a SADC é uma região muito heterogénea e que os países que a integram estão em estádios diferentes de desenvolvimento e com dinâmicas diferenciadas de crescimento. Estes factos têm colocado a Angola desafios sérios, atendendo à circunstância de durante 27 anos depois da independência o país ter estado numa situação de conflito militar inter-namente, com destruição de grande parte das infraestruturas económicas e sociais.

PALAVRAS CHAVE:: Integração Económica, África, Angola

ABSTRACT: This article aims to address the present situation in SADC and the position that in this regional geographic space is held by Angola. The article highlights that SADC is a quite imbalanced region, with some developed countries, like South Africa and Mauricias, and the rest underdeveloped twelve countries. The article also point out the need of to follow the critical situation in European Union which can involve some important adjustments in terms of budget fiscalization and economic coordination, which is a very complicated issue for the most part of the SADC countries. It is concluded that the SADC region is too diverse and that countries in the region are at different stages of development and with different growth dynamics. These facts have posed serious challenges to Angola, given the circumstance of 27 years after independence the country has been in a situation of internal military conflict, destroying much of the economic and social infrastructures.

KEY-WORDS: Economic Integration, Africa, Angola

¹ Manuel José ALVES DA ROCHA, angolano, economista de formação, com pós-graduações em modelos económicos e práticas económicas restritivas, natural de Malanje, tem uma vasta e diferenciada actividade de investigação e consultoria económica e institucional, bem como de docência universitária em Angola e Portugal. Colaborou em diversos trabalhos para o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimentos, a Organização Internacional do Trabalho e a CNUCED. Foi consultor técnico principal de diferentes organismos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) durante 10 anos e nos últimos oito anos tem trabalhado com a Comissão Europeia em Angola. Tem diferentes trabalhos de investigação sobre a realidade económica e social de Angola, e também de África. Email: alvesdarocha.ucan@gmail.com

1.- INTRODUÇÃO

As dificuldades que afectam actualmente a União Europeia são uma chamada de atenção para os dirigentes que comandam o processo de integração económica da SADC. Que consequências resultarão para alguns dos países mais fracos da União Monetária se as dificuldades de crescimento económico e de controlo dos défices orçamentais e das dívidas públicas internas persistirem durante muito tempo? Como se sabe, tem merecido alguma controvérsia a continuação da Grécia e de Portugal como parceiros da moeda única europeia, argumentando-se que os compromissos sobre a uniformidade da política monetária são limites à melhoria da sua competitividade, à redução dos défices externos, ao controlo da dívida externa e ao próprio crescimento económico. A preservação duma moeda única e duma política monetária centralmente comandada vai passar a exigir um rigor redobrado na formulação e condução das políticas orçamentais nacionais, podendo, mesmo, chegar-se à necessidade de se redefinir, dum ponto de vista teórico, as características duma União Monetária, onde a moeda única e uma política monetária centralmente definida e fiscalizada pelo Banco Central Europeu são, ainda, os aspectos mais determinantes. Será que depois da crise económica e financeira mundial de 2008/2009 e das actuais crises orçamentais (elevados défices fiscais e valores insuportáveis da dívida pública interna) da Espanha, Irlanda, Grécia, Portugal e Itália (os PIGS), a União Monetária Europeia continuará confinada aos mesmos critérios monetários? Não se estará na eminência de considerar uma política orçamental igualmente única e comandada a partir da Comissão Europeia ou de outro órgão que o próprio processo de aprofundamento da integração económica aconselhar a criar para a defesa do euro e da sustentabilidade do desenvolvimento da região como uma especial forma de controlar os desvarios orçamentais de alguns países da União, culturalmente menos atreitos ao rigor orçamental, à disciplina financeira e à organização competitiva dos seus sistemas admi-

nistrativos?²

A instabilidade financeira e orçamental de alguns países da União Europeia poderá ou não pôr em risco a moeda única em curso em 15 dos actuais 27 países? A sua permanente valorização face ao dólar – ainda a moeda dominante nas relações económicas internacionais – é um bom sinal ou pressagia um movimento que culminará com a substituição da moeda americana como equivalente universal das trocas mundiais³? De que modo a competitividade das economias europeias mais débeis (Portugal, Grécia e mesmo Espanha, para além das outras do leste europeu ex-socialista) se irá comportar enquanto instrumento essencial para a melhoria do crescimento económico e, conseqüentemente, para a redução dos défices fiscais e da balança de transacções correntes? Serão suficientes para a estabilidade do euro a constituição do Fundo de Emergência criado pelas duas maiores economias europeias (Alemanha e França) e as novas sanções aos prevaricadores orçamentais? Ernst Welteke, ex-presidente do Bundesbank, assegura que o euro não está em risco, porque uma das regras essenciais da união monetária tem sido assegurada – a estabilidade de preços (a taxa mais alta de inflação registada desde a criação da moeda única foi de 2,3%)⁴.

² Neste aspecto – o da disciplina orçamental – talvez apenas a África do Sul, o Botswana e a Namíbia, no contexto da SADC, tenham competência, cultura e capacidade de respeitar determinações quanto à representatividade do défice fiscal no PIB, em nome da garantia da estabilidade dos preços, aspecto crucial para a criação duma moeda única. Angola tem feito progressos notórios nesta matéria, em especial do ponto de vista dos acervos metodológicos e informáticos convenientes e adequados, para o que tem contado com apoio de assistência técnica norte americana. Contudo, a cultura de organização, da disciplina e do rigor depende da matriz cultural geral do nosso país e os casos internos de desregulação financeira têm muito na base a forma como a cadeia de comando político e institucional está montada. Para além do facto de a política financeira ser um dos factores do enriquecimento fácil duma restritíssima faixa da população e de criação duma suposta burguesia nacional, a quem está reservado, segundo as opiniões oficiais, o importante papel de defender o país do excesso de poder económico estrangeiro. Esqueçemo-nos que o poder económico não é apenas poder financeiro, mas poder tecnológico, poder de inovação, poder científico e poder de organização dos factores de produção.

³ Este movimento de substituição de moedas é histórico. A hegemonia da libra estrelina inglesa no comércio mundial até ao século XIX foi quebrada pelo dólar americano durante todo o século XX. Recorde-se que foi nas negociações de Bretton Woods em 1947 que a moeda americana passou a assumir o papel de equivalente universal das trocas comerciais mundiais.

⁴ Ernst Welteke: As Experiências Europeias da moeda comum – o euro e a crise financeira internacional, Palestra realizada na Universidade Católica de Angola em 27 de Outubro de 2010.

Creio que o Secretariado da SADC e os diferentes órgãos técnicos e políticos têm de compreender muito bem o que se está a passar na União Europeia – afinal o modelo que a nossa organização regional está a seguir – debater as respectivas causas e, sobretudo, serem prescientes quanto às consequências negativas sobre o nosso processo de integração, decorrentes, não apenas, da atenuação do crescimento económico de algumas dessas economias, mas dos ajustamentos institucionais a serem introduzidos (mais controladores, rigorosos e drásticos, em nome da defesa e sobrevivência da experiência de integração económica regional mais bem sucedida no mundo).

Tentar descortinar os benefícios da integração de Angola neste espaço regional não é tarefa fácil. É um estudo de investigação complexo e demorado e não um mero artigo de opinião. E para o caso de Angola quase se tem a certeza absoluta de que o fim do conflito militar em Abril de 2002 foi muito mais determinante para o crescimento da economia, do que a sua integração na SADC. Disso não tenho dúvidas, podendo, mesmo, considerar que o processo de reconstrução de Angola tem beneficiado algumas das economias da SADC, mormente a sul-africana.

A integração de Angola e da África do Sul na SADC e as relações económicas e comerciais subjacentes foram a causa que provocou e facilitou este processo de difusão do crescimento económico do nosso país, depois de obtida a paz? Não sei, porque Brasil, China e Portugal têm igualmente beneficiado dos efeitos multiplicadores e distribuidores de rendimento da reconstrução de Angola e não fazem parte de nenhum espaço de integração económica.

Então o que é que está em causa? Um facto simples: a abertura das economias, a livre circulação de capitais e o espírito empresarial. Por enquanto, estes movimentos parece terem apenas um sentido: de fora para dentro de Angola, reforçando a internacionalização das empresas estrangeiras e aumentando o seu grau de competitividade. Ainda por cima, as empresas estrangeiras praticam, no mercado angolano, uma concorrência desleal, mormente aquelas que beneficiam de linhas de crédito e de apoios concretos dos seus países à sua

internacionalização e aumento de competitividade⁵.

Para que a integração económica resulte e beneficie Angola o movimento de dentro para fora, naqueles itens, tem de igualmente se verificar, o que requer tempo, políticas macro e microeconómicas adequadas e, principalmente, educação, cultura, investigação e inovação.

2.- PANORÂMICA GERAL ACTUAL NA SADC

A SADC é constituída por países muito diferentes entre si em inúmeros atributos que a abertura dos mercados e a livre concorrência não são suficientes para provocar uma convergência real entre as diversas economias, na base da qual as taxas tendenciais de crescimento do PIB podem aumentar, o volume de comércio incrementar-se a as condições sociais de vida melhorarem e convergirem.

É fundamental não perder de vista que no passado e actualmente a intensidade de comércio externo entre os países da SADC é praticamente nula, excepção feita às trocas entre as economias dominadas pelo rand sul-africano e a própria África do Sul e que se constituíram na SACU (South African Customs Union): Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia⁶. Alterar este quadro estrutural de baixa intensidade de trocas comerciais intra-SADC, num contexto de crescente globalização das economias e de forte concorrência entre produtos, concerteza que será difícil, exigindo, para além de políticas adequadas e concertadas, uma apertada vigilância à proliferação do contra-

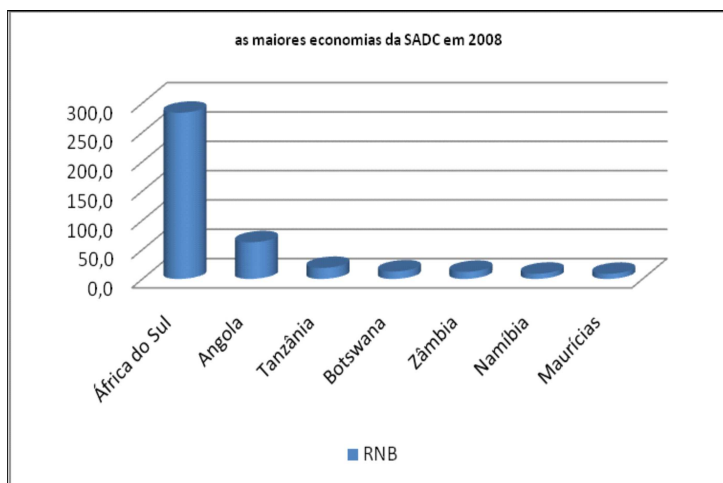
⁵ As linhas de crédito Estado-a-Estado provenientes do Brasil, da China e de Portugal – para citar, apenas, as que se situam acima dos 1,5 mil milhões de dólares – têm como finalidade essencial ajudar as empresas desses países a vender no mercado angolano e a fixar determinadas quotas. Encerram factores evidentes de concorrência desleal face às empresas angolanas, nitidamente mais fracas do ponto de vista tecnológico, organizacional, capacidade de autofinanciamento e de recurso ao crédito interno.

⁶ A SACU acaba por ser um círculo de países que gravitam na órbita dos interesses económicos – tarifas aduaneiras comuns, mecanismo de repartição de receitas alfandegárias – e políticos da África do Sul. Um dos grandes receios é que a Zona de Livre Comércio e o próprio Mercado Comum desta zona acabem, também, por ser instrumentos de crescimento económico da África do Sul. Os países membros da SACU acordaram liberalizar muito mais rapidamente os regimes tarifários do comércio externo do que alguns membros da SADC, entre os quais Angola. Este compasso de espera terá de ser aproveitado no sentido de se melhorarem as condições para uma maximização das vantagens associadas à liberalização das trocas comerciais.

bando de produtos de origem externa à comunidade regional. Tem-se notícia de que os agricultores e industriais de alguns países não formam expectativas muito positivas quanto aos efeitos derivados da Zona de Comércio Livre, sendo uma das principais objecções relacionada com a falta de capacidade para se garantir uma adequada protecção à entrada ilegal de produtos oriundos de outros países.

O país claramente dominante na SADC é a África do Sul, cuja criação anual de riqueza representa, em média, mais de 70 por cento do total da região. Deve ser um caso singular no mundo um país deter semelhante preponderância e domínio numa região, explicados, não apenas pelo viés do volume de população, mas principalmente pela sua estrutura económica e pela capacidade produtiva e tecnológica de criação de actividades e de multiplicação de rendimentos. Os desequilíbrios regionais na capacidade de criação de riqueza a favor dum único país fazem reear que os mais importantes efeitos de polarização de actividades económicas e de multiplicação de rendimentos, num contexto de liberalização do comércio e de integração económica, venham a ocorrer, quase integralmente, a seu favor.

Por outro lado e numa óptica de aproveitamento de determinadas vantagens comparativas internas, o predomínio dum país pode vir a ocasionar - no quadro das estratégias nacionais



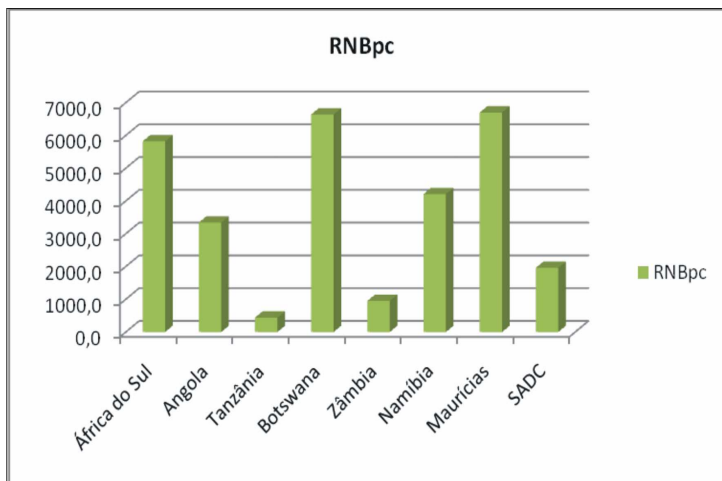
FONTE: World Development Report 2010, World Bank.

OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NA SADC E A POSIÇÃO DE ANGOLA

de redução dos desequilíbrios regionais - o aparecimento dum elevado grau de concentração de especializações produtivas, reduzindo-se a capacidade de resistência interna à concorrência externa.

Mas as diferenças regionais são ainda mais pronunciadas quando se comparam países entre si. Por exemplo, em 2008, o PIB da África do Sul foi 4,5 vezes superior ao de Angola e 28,9 vezes o da República Democrática do Congo. Devido ao processo de reconstrução económica e aos evidentes dividendos da paz em matéria de estabilização macroeconómica, a diferença entre os PIB de Angola e da África do Sul tem caído, sendo disso ilustração o facto de em 2007 ter sido de 6,3 vezes (o que significa que a economia angolana tem crescido muito mais rapidamente que a sul africana).

Em matéria de rendimento médio da população, uma *proxy* do poder de compra médio de cada país – o suporte do crescimento com desenvolvimento e distribuição de benefícios da integração – as assimetrias são ainda mais indecorosas, não se podendo esperar que apenas por efeito da eliminação das barreiras tarifárias o bem-estar nacional de cada país me-



FONTE: World Development Report 2010, World Bank.

lhore consideravelmente. De resto – e a este ponto voltarei mais adiante – são muitas as críticas sobre a validade da aplicação da teoria das vantagens comparativas a espaços de integração com tamanhas diferenças entre as economias.

Apenas como nota impressiva, em 2008 o rendimento

médio da RDC foi de 153 dólares americanos, 2,3% o do Botswana.

Quanto a Angola os desafios que se colocam são imensos. No pressuposto que o PIB por habitante cresça a uma taxa média de 6 por cento no nosso país e 2,5% na África do Sul, no Botswana, na Namíbia e nas Maurícias, a contabilidade das diferenças é: 16,5 anos para se atingir o nível médio de vida da África do Sul, 20,5 anos para nos chegarmos ao Botswana, 7 anos o da Namíbia e 20,7 anos o das Maurícias.

Nos aspectos relacionados com a competitividade – o que, afinal, conta para que dos processos de integração resultem benefícios para os países – o panorama actual da SADC é o que consta do quadro seguinte (The Global Competitiveness Report 2010):

POSIÇÃO COMPETITIVA NA SADC EM 2010

Refira-se que entre 139 países englobados neste relatório,

PAÍSES	ÍNDICE GERAL	BASIC REQUIREMENTS	INNOVATION
ÁFRICA DO SUL	4,32	4,35	3,93
MAURÍCIAS	4,32	4,82	3,61
NAMÍBIA	4,09	4,70	3,24
BOTSWANA	4,05	4,37	3,24
MALAWI	3,45	3,46	3,12
ANGOLA	2,93	2,84	2,50

FONTE: The Global Competitiveness Report 2010/2011.

rio, o nosso país ocupa a 138^a posição.

Ainda que no domínio institucional e político as apostas estejam feitas – as decisões tomadas nas diferentes cimeiras de alto nível vão no sentido de manter o processo de integração económica regional, registando-se a inclusão de objectivos regionais em diferentes planos nacionais de desenvolvimento – prevalecem, no entanto, problemas técnicos concretos justificados pelas reais assimetrias entre os diversos países.

Para além das profundas desigualdades nos actuais níveis de vida e ritmos de crescimento económico de cada um dos

países, o SIDA e a sua intensa proliferação emergiram como uma das maiores ameaças ao futuro desta região. Dum simples problema de saúde pública, o HIV-SIDA está a transformar-se num dos problemas centrais do desenvolvimento⁷ e de segurança da SADC. Esta epidemia abateu-se, muito particularmente, sobre a África do Sul, o Botswana e a Zâmbia, que detêm os recordes mundiais das mais elevadas taxas de seropositividade e de propagação do vírus (4,7 milhões de seropositivos na África do Sul, qualquer coisa como 1 em cada 9 pessoas).

O desemprego é outro dos grandes problemas da região, de par em par com a pobreza, sendo duvidoso que a simples abertura das fronteiras económicas possa trazer um forte contributo para o seu debelamento. A rica África do Sul apresenta-se como um dos recordes mundiais em matéria de desemprego, com uma taxa que ronda os 22,9% da população activa⁸. Angola, devido à excessiva extensão temporal do conflito armado interno e às inadequadas políticas de desenvolvimento apresenta uma taxa de desemprego estimada entre 25% e 30% da respectiva população activa⁹. Estas elevadas taxas de desemprego são, concerteza, um forte óbice à redução da pobreza e podem contribuir para uma ainda maior proliferação do HIV-SIDA.

3.- SITUAÇÃO GERAL EM ANGOLA E ENQUADRAMENTO DOS EFEITOS DA SUA INTEGRAÇÃO NA SADC

O crescimento económico de Angola e a sua reconstrução económica está a ser feitos graças às receitas do petróleo e não devido aos benefícios de estar a participar na criação duma região de integração económica, cuja primeira fase foi já implementada (sem a participação de Angola). O comércio externo do país está direccionado para fora do espaço SADC, sendo as 80 por cento das exportações (97 por cento de petró-

⁷ Ao incidir sobre as faixas etárias mais jovens e da população em idade activa e empregada, o HIV-SIDA, se não for revertida a sua proliferação, vai, seguramente, afectar o crescimento económico da região, podendo ficar por terra as intenções reveladas pelo Secretariado da SADC de se conseguirem taxas médias anuais de mais de 7%.

⁸ Esta cifra foi retirada do World Development Indicators 2010 do Banco Mundial. No entanto, outras cifras apontam para uma taxa de desemprego em redor dos 30%. A taxa média de desemprego das restantes economias sadianas ronda 20%. Num contexto de abertura geral das economias, a tendência será n o sentido do seu agarvamento se a intensificação das trocas comerciais não produzir crescimento económico suficiente para absorver o excesso de oferta de mão-de-obra.

⁹ CEIC/UCAN – Relatório Económico de Angola 2009, Junho de 2010.

leo) encaminhadas para a China, Estados Unidos da América e União Europeia. Embora as importações tenham proveniência mais dispersa, Portugal, Espanha, França e Brasil rubricam o essencial dos 80 por cento de importações de que Angola depende. Ou seja, muito pouco comércio é criado entre Angola e a SADC e nem mesmo a poderosa África do Sul conseguiu posição de destaque.

O Governo angolano logrou, por intermédio dum modelo próprio de política económica, controlar a subida dos preços – que se tinha tornado crónica desde que este fenómeno começou a ser estatisticamente medido em 1991 – aumentar a confiança na moeda nacional, estabilizar o mercado cambial e iniciar um movimento amplo e profundo de reconstituição da base infraestrutural da economia, essencial para que a economia não mineral recupere níveis adequados e regulares de produção, geração de emprego e multiplicação de rendimento.

A explicação destes sucessos – que muitos duvidavam serem possíveis de obter em tão curto espaço de tempo e que a paz veio grandemente facilitar – não é difícil e alguns dos seus fundamentos estão na nossa maior qualificação técnica e científica para compreender e lidar com a fenomenologia económica, na maior capacidade de exercer a coordenação das políticas económicas, na vontade inabalável de tornar Angola num país respeitado e credível – na base do que se poderão conseguir financiamentos externos com condições satisfatórias de prazos e custos –, na estabilidade política arrastada pela paz e na excelente conjuntura internacional até 2008, caracterizada pelo crescimento do PIB mundial, baixa inflação e baixas taxas de juro e acentuados incrementos no preço do actual recurso energético por excelência que é o petróleo.

Ainda que de relance, penso de enorme utilidade passar em revista alguns dos fundamentos da actual situação económica em Angola e que se encontram na tabela seguinte.

Apesar de extraordinários, os desempenhos anteriores escondem uma série enorme de debilidades, constrangimentos

¹⁰ A sociedade angolana é uma das mais injustas do mundo em matéria de distribuição do rendimento: o IDH de 2007 (0,564) coloca-a no 143º lugar entre 182 países medidos no Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano no Mundo de 2009, a taxa global de pobreza é de quase 40% (Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População 2008/2009), mas outras estimativas colocam-na em 46% (mesmo assim uma redução assinalável face aos 68,2% de 2002 (Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2002) e a taxa de desemprego está estimada entre 25% e 30%.

OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NA SADCE E A POSIÇÃO DE ANGOLA

OS FUNDAMENTOS DA ACTUAL SITUAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA
(valores em milhões de dólares, salvo se expresso de outra forma)

VARIÁVEIS	2007	2008	2009
Reservas Internacionais Líquidas	11323,9	18012,0	12422,2
Importações fob	13661,5	20982,2	22401,7
Exportações petróleo	43003,4	62457,4	39741,5
Receitas fiscais petrolíferas	22051,4	33521,9	16375,9
Preço barril petróleo (USD)	72,9	93,7	60,9
Inflação (%)	11,8	13,2	14,0
Défice/excedente fiscal total (% PIB)	11,4	8,8	-11,6
Dívida Pública Externa (% PIB)	33,4	27,7	19,6
Taxa crescimento agrícola (%)	27,4	1,9	27,0
Taxa crescimento petróleo (%)	20,2	12,3	-5,1
Taxa crescimento diamantes (%)	5,1	-8,2	4,6
Taxa crescimento construção (%)	37,1	25,6	12,8
Taxa crescimento PIB (%)	20,9	13,6	2,7
Investimento público	7146,1	11901,3	8258,0
Investimento privado	11647,0	18984,7	5668,6

FONTES: Ministério do Planeamento – Balanços de Execução dos Programas do Governo para os anos indicados. Universidade Católica de Angola/CEIC – Relatório Económico de Angola 2009

e imponderabilidades que oneram, dificultam e atrasam a construção duma economia nacional integrada, competitiva e social¹⁰. O desenvolvimento não pode ser apenas crescimento da extracção de petróleo e diamantes, nem mesmo da construção¹¹. A sustentabilidade do processo de reversão da crise económica iniciado em 2002 tem de ter fundamentos mais sólidos, como a melhoria dos factores de produção (educação, choque tecnológico, informática e “internet”, capital físico e capital social), sistema judicial eficiente e redução da burocracia e corrupção.

O problema que se coloca quando se enumeram as condições para o crescimento económico é o da correspondente priorização. A paixão pela educação – ou mais genericamente

¹¹ Naturalmente que a re-infraestruturação do país é uma das primeiras prioridades, atendendo ao estado em que o conflito militar deixou os sistemas de estradas, pontes, ferrovias e energia (algumas das mais devastadoras destruições foram protagonizadas pela África do Sul, país com o qual nos temos de confrontar, agora, no terreno económico, mas bastante debilitados) e à necessidade de dar expressão concreta à reconciliação nacional e à construção da Nação. Na verdade, a circulação de pessoas e bens, em condições de segurança e de baixos custos, fortalece as economias provinciais, torna-as mais próximas umas das outras e cria o espírito de pertença a uma mesma Nação.

pela qualificação dos recursos humanos – é partilhada pela maior parte das pessoas no nosso país, desde responsáveis políticos, académicos e investigadores, empresários até ao mais comum dos cidadãos. Está documentado que a melhoria da educação tem um efeito muito forte sobre o nível geral da produtividade económica. Porém, é um processo longo, que normalmente leva 20 a 30 anos (uma geração completa) a produzir os efeitos desejados sobre a produtividade geral dos factores. Ora, na situação presente do nosso país – em que os desafios da integração económica regional são para amanhã e não para daqui a 30 anos – as prioridades dos investimentos públicos devem centrar-se (ainda que de forma não exclusivista) na reabilitação e modernização de todos os sistemas de infraestruturas básicas, que podem ser concluídas, no essencial, em 3 ou 4 anos¹². As melhorias, por exemplo, nas estradas secundárias e terciárias, serão essenciais para se levar a escola às aldeias ou as aldeias (crianças) às escolas. Nem sempre muitas escolas são sinónimo de boas escolas, porquanto a formação de professores qualificados leva tempo.

A abertura da economia nacional e a sua integração no espaço regional da SADC colocam problemas importantes às diferentes políticas e exigem modelos de desenvolvimento específicos às circunstâncias dum país onde faltam os “stocks” mínimos de capital que garantam uma competitividade comparável à de outros países¹³.

¹² A situação presente do capital físico no país é, genericamente, a seguinte: infraestruturas ferroviárias praticamente inoperantes, as redes de estradas fundamentais em recuperação, mas as redes secundárias e terciárias ainda estão, na maior parte da sua extensão, degradadas, a infraestrutura portuária em grande medida é de baixa produtividade por obsolescência tecnológica, os sistemas de produção e distribuição de energia e água degradados e insuficientes e as instalações produtivas destruídas, degradadas e tecnologicamente obsoletas.

¹³ Quando se fala em abertura da economia é útil fazer-se uma precisão quanto a Angola. O respectivo coeficiente de abertura (exportações+importações/PIB) é dos mais altos do mundo (em torno de 130%), o que pode tornar incompreendido o receio angolano (empresarial e institucional) de integração regional. No entanto, convém sublinhar que as exportações petrolíferas e diamantíferas (sectores de enclave e, portanto, por força da lógica, abertos ao exterior) representam, em média, 97% das exportações totais, sendo absolutamente inexpressivas exportações de outra natureza, pertencentes à economia não mineral. Por outro lado, as importações petrolíferas realizadas pelas companhias estrangeiras (bens alimentares, bebidas, equipamentos, peças de substituição, etc.) rondam os 50% das importações totais de Angola. Em conclusão, o coeficiente de abertura da economia angolana é distorcido e assimétrico, porque a participação do país na globalização é feita exclusivamente pelos sectores de enclave, naturalmente propensos a uma maior integração internacional.

São conhecidas as bases teóricas que fundamentam a especialização e o comércio internacional das economias.

Adam Smith sempre foi um entusiasta do livre comércio e as suas críticas ao mercantilismo foram arrasadoras. Smith sustentava que as transacções comerciais contribuíam para o aumento do bem-estar nacional dos países, na medida em que colocavam à disposição das suas populações quantidades maiores de bens e serviços. A sua teoria das vantagens absolutas do comércio internacional procurava demonstrar que o comércio seria vantajoso sempre que houvesse diferenças nos custos de produção de bens entre os países.

A explicação de Adam Smith baseada nas vantagens absolutas teve de ser completada por David Ricardo, porquanto a primeira deixou em aberto a situação em que um dos países apresentasse custos de produção em trabalho maiores em todas as "*commodities*" relativamente ao resto do mundo. É que nestas condições o comércio não existiria, devendo o resto do mundo produzir todas as mercadorias para se respeitar o princípio da especialização produtiva. Ricardo demonstrou que não são os custos absolutos o argumento das trocas internacionais, mas os custos relativos ou comparativos, que, por sua vez, são determinados pela produtividade do trabalho. Ficava, então, ultrapassada a limitação de Smith, enunciando-se o princípio da especialização produtiva do modo seguinte: os países devem especializar-se nos bens em que apresentem os menores custos relativos em trabalho. A diferença nos preços relativos das mercadorias entre duas nações é a evidência das suas vantagens comparativas e constitui a base dum comércio mutuamente vantajoso.

No entanto, Smith, Ricardo e Stuart Mill deixaram em aberto duas questões importantes do comércio internacional. A primeira é a causa da diferença nos preços relativos das mercadorias, ou seja, da produtividade do factor trabalho entre os países. As suas teorias não são suficientes para explicar tantas diferenças de produtividade, à excepção de possíveis diferenças climáticas. A segunda matéria é a da análise dos efeitos do comércio internacional sobre os rendimentos dos factores de produção nos países que comerciam.

Foram Eli Heckscher e Bertil Ohlin quem trouxeram uma explicação mais abrangente do comércio internacional e ampliaram as bases teóricas para os actuais processos de integração

económica. A sua teoria tem 11 pressupostos para que seja provada: dois países, dois factores de produção (trabalho e capital) e dois produtos; os dois países utilizam a mesma tecnologia de produção; um dos produtos é trabalho-intensivo e o outro capital-intensivo; as duas mercadorias são produzidas sob retornos constantes à escala nos dois países; existe especialização incompleta nos dois casos; as preferências dos consumidores são iguais nos dois países¹⁴; existe concorrência perfeita no mercado de bens e no mercado de factores de produção; verifica-se mobilidade perfeita dos factores de produção em cada um dos países, mas não entre os países¹⁵; não existem custos de transporte, tarifas ou outros obstáculos ao livre comércio internacional¹⁶; todos os recursos são plenamente utilizados nos dois países (é a conhecida hipótese do pleno emprego dos factores de produção, muito controversa na Ciência Económica); o comércio internacional entre os dois países encontra-se em equilíbrio. De acordo com as hipóteses anteriores, a especialização produtiva fica definida em função da dotação factorial relativa em cada país, explicando-se, assim, as diferenças na produtividade: os países devem especializar-se nos bens para os quais detenham a maior dotação relativa factorial. Como à maior dotação factorial relativa se associa o menor preço, o custo de produção virá mais baixo.

No processo de constituição de espaços económicos integrados – Zonas de Livre Comércio e Uniões Aduaneiras – as teorias de especialização produtiva são utilizadas para justificar

¹⁴ O conhecido teorema Heckscher-Ohlin, juntamente com as explicações Smith-Ricardo-Mill fazem parte do corpo de teorias que explicam o comércio internacional pelo lado da oferta. Daí que a igualdade dos gostos dos consumidores seja uma das hipóteses restritivas, de modo a que se afastem as especializações produtivas ditadas pela procura de bens.

¹⁵ Esta hipótese restritiva adicionada à da concorrência perfeita permite a explicação da necessidade de se introduzirem alterações na afectação dos factores de produção dentro de cada um dos países, para que a especialização se faça ao menor custo. A restritividade na transferência internacional dos factores é fundamental para se concluir que os rendimentos factoriais internacionais se equilibram pela troca de mercadorias, não havendo a necessidade da sua emigração entre os países. Com a revolução nas tecnologias da comunicação, a emigração quase instantânea dos capitais é um dos factos mais relevantes do comércio internacional de hoje, caindo por terra esta hipótese restritiva. Embora a mobilidade da mão-de-obra não seja tão livre, o que é certo é que, também, não tem sido tão restritiva.

¹⁶ Quanto aos transportes, a realidade actual aproxima-se da hipótese restritiva, uma vez que o seu custo tem vindo a declinar significativamente com o passar do tempo.

os ganhos de comércio e de bem-estar, validando-se, portanto, a sua prossecução. No entanto, muitas dúvidas rodeiam a sua aplicação aos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Na verdade, os fundamentos teóricos das Uniões Aduaneiras e das Zonas de Livre Comércio tomam como referência países com níveis semelhantes de desenvolvimento (recorde-se que a última hipótese restritiva do modelo Heckscher-Ohlin estabelece, justamente, que o comércio internacional entre os dois países se encontra equilibrado). Ennes Ferreira aponta um conjunto variado de autores para quem a aplicabilidade das teorias do comércio internacional aos países subdesenvolvidos apresenta limitações severas¹⁷: *“em termos sintéticos, pode dizer-se que não existe nenhum corpo teórico de análise comparável que diga respeito à determinação dos ganhos de comércio e dos padrões de bem-estar nacional nos processos de integração económica entre países menos desenvolvidos”*.

Algumas das hipóteses que sustentam as teorias de integração económica não são verificáveis quando em presença se encontram economias em diferentes estádios do seu processo de crescimento económico. Particularmente, as hipóteses que estatuem o pleno emprego dos factores de produção e a sua perfeita mobilidade interna, a igualdade de capacidades tecnológicas, os retornos constantes de escala e a concorrência perfeita em todos os mercados, não são verificáveis em muitos processos de integração económica.

A maior parte das economias da SADC encontram-se em situação de sub-utilização acentuada de alguns factores de produção, valendo como ilustração as taxas de desemprego da África do Sul (em redor de 23%) e de Angola (entre 25% e 30%) e as taxas de ociosidade produtiva na indústria transformadora em Angola, da ordem dos 40%. A falta de capital (maquinaria e meios de transporte) e de outros recursos complementares (conhecimentos técnicos, espírito empresarial) é uma causa habitual do insuficiente aproveitamento dos recursos naturais de muitos dos países subdesenvolvidos¹⁸.

¹⁷ Manuel Ennes Ferreira: Angola-Portugal: Do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais, Escher, 1990, páginas 55-67.

¹⁸ Parece que a Lei de Terras de Angola poderá causar sérios problemas de sub-aproveitamento deste importante recurso para a agricultura, dada a elevada probabilidade de ocorrerem situações importantes de reserva de terras sem aproveitamento produtivo.

Em relação aos países subdesenvolvidos não se verificam, nem a hipótese da perfeita mobilidade interna dos factores produtivos, nem a que estatui a completa imobilidade face a países terceiros. A ocorrência de elevado desemprego a que aludi no parágrafo anterior na maior parte dos países SADCianos é, só por si, uma das manifestações de falta de mobilidade interna, admitindo como válida a hipótese de concorrência perfeita no mercado de trabalho¹⁹. Quanto à imobilidade externa do factor capital, os países menos desenvolvidos remedeiam uma parte da sua falta com alguns recursos financeiros provenientes do exterior, sob a forma de empréstimos, ajudas e investimentos.

A tese da concorrência perfeita está longe de corresponder à realidade dos factos mesmo nos países mais desenvolvidos, onde são ainda muito frequentes casos de monopólio, de combinações entre grande empresas, de concorrência baseada na publicidade e no apego do público a determinadas marcas, etc. Nos países menos desenvolvidos acresce que a falta de flexibilidade dos mecanismos de mercado e a existência de economias dualistas, tornam a hipótese de concorrência perfeita ainda mais afastada da realidade.

Finalmente, a unicidade nas combinações de factores produtivos inerente ao teorema de Heckscher-Ohlin pressupõe que a produção de qualquer mercadoria empregue sempre as mesmas proporções de factores de produção em qualquer país²⁰. Esta hipótese não se verifica, uma vez que os factores de produção são, entre si, substituíveis, ainda que dentro de certos limites e até certo ponto²¹. Decorre daqui que quando um determinado factor é escasso se procura substituí-lo (na medida do respeito pela combinação mínima de factores de produção) por outro mais abundante e barato. Nos países me-

¹⁹ Nos países menos desenvolvidos de África há factores de inércia e vários obstáculos de natureza psicológica e étnica a determinar a resistência à mudança de umas regiões para outras ou de uns sectores para outros, ou, ainda, a provocar o apego, tantas vezes irracional, por certas aplicações de capital e trabalho, só porque envolvem maior prestígio social.

²⁰ O que equivale a afirmar que se a produção duma dada mercadoria num determinado país utiliza duas unidades de capital por cada cinco de trabalho, o mesmo acontecerá em qualquer outro país.

²¹ De facto, para se obter uma unidade de um qualquer produto é sempre necessária uma combinação de trabalho e de capital em determinadas proporções. Não é possível produzir um bem só com trabalho, ou só com capital. Pelo menos nas economias da actualidade.

nos desenvolvidos, onde abunda, em geral, o factor trabalho pouco especializado, as combinações produtivas tendem a caracterizar-se por uma maior intensidade de mão-de-obra do que de capital.

Por exemplo, Angola apresenta um conjunto muito grande de disfuncionalidades internas que inviabilizam a verificação das hipóteses restritivas à validade das teorias do comércio internacional e da integração económica. No caso da SADC, os níveis de desenvolvimento são muito diferentes entre os países que a constituem, valendo como ilustração o peso da África do Sul, que em termos de Produto Interno Bruto representa mais de 70% do conjunto, ficando o país mais próximo com, tão somente, 15%.

Via de regra, ocorrem, com a integração de economias com diferentes níveis de desenvolvimento, dificuldades no desenvolvimento económico dos territórios mais atrasados, tendências de agravamento das assimetrias, desigualdades na repartição dos benefícios do livre comércio e embaraços especiais no caso dos produtos agrícolas.

Há um aspecto que tem de ser devidamente sublinhado: apesar de todos os optimismos e fortes manifestações de vontade política a que se tem assistido em todo este processo, a integração económica regional é um objectivo de realização longínqua. Razões: a actual situação de profunda heterogeneidade e diferenciação económica e social entre os 14 países da SADC, as experiências conhecidas (boas só o caso da União Europeia, falhadas quase todas as de África), a falta de consolidação dos passos já dados – sendo exemplos mais evidentes as demoras dos países em assinarem e ratificarem os diferentes acordos em direcção à abolição das barreiras ao livre comércio - e as próprias dificuldades administrativas e políticas inerentes a um processo desta natureza²².

Mas o processo não pára, tendo já sido definidas metas concretas para a convergência nominal entre os países da SADC, num quadro geral de referência caracterizado por divergências reais colossais. Qualquer uma das metas já estabelecidas – por mais indicativas que se devam considerar - representa um de-

²² A entrada de mais países na SADC – Uganda e Rwanda integrantes da COMESA – certamente que agravaria, ainda mais, as actuais dificuldades em se gerir, coordenar e harmonizar políticas e procedimentos dentro da própria estrutura política e administrativa da organização.

safio concreto à capacidade de gerir as economias da parte dos diferentes governos, e para Angola, a RDC e, mesmo, Moçambique, ainda mais significam, porquanto os contextos envolventes e as situações de partida são manifestamente débeis.

A obtenção das metas de convergência macroeconómicas constitui um exemplo claro e concreto da necessidade de harmonização das políticas económicas no seio da comunidade económica dos países da África Austral. Ainda que harmonização não seja sinónimo de uniformização de políticas económicas, deve ter-se consciência que muita margem de manobra pode perder-se, em especial no concernente às políticas especiais de incentivação e apoio ao investimento privado e ao fomento das produções e exportações nacionais. E é justamente neste contexto que se coloca a questão da competitividade: estando as políticas macroeconómicas harmonizadas – incluindo a fiscal –, a competitividade terá de ser de natureza estrutural e construída na base de políticas microeconómicas nos domínios da educação/formação/investigação, das infraestruturas, dos mercados – com destaque para o mercado de trabalho – da tecnologia, do empreendedorismo e da cultura produtivista, muito mais demoradas nos respectivos efeitos.

A harmonização das políticas económicas na SADC deve obedecer aos aspectos seguintes:

- # eliminação – gradual ou instantânea – da generalidade dos obstáculos e discriminações que se opõem ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado à escala de toda a área do conjunto integrado. No entanto e como à partida se admite a existência de falhas de mercado – mormente visíveis em termos de extensificação e equidade dos efeitos económicos e sociais decorrentes da integração – certos limites à livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais podem ser considerados desejáveis em nome do bem-estar económico e social de cada país e, portanto, a uniformização das políticas deve levá-los em consideração (o caso mais evidente são as derrogações na aplicação do protocolo de livre comércio);
- # dado o relevo que deve ser conferido à intervenção estatal em todo este processo – por razões óbvias e conhecidas – é conveniente que essa participação do Estado se faça em moldes uniformes e consistentes para toda a área integrada, o que implica uma forte

coordenação das políticas económicas seguidas nas diferentes parcelas do espaço integrado. Esta coordenação, em vista dos objectivos do bem-estar económico, deverá visar as seguintes políticas:

- de desenvolvimento económico geral;
- as que afectam as possibilidades de concorrência das actividades económicas dos diferentes territórios, nomeadamente as que se referem à regulação da concorrência, de modo a que os mecanismos de mercado não sejam viciados;
- as que afectam a estabilidade económica e a repartição dos recursos, incluindo as políticas agrícolas, de terras e de desenvolvimento regional interno.

Em resumo, dir-se-á que a harmonização das políticas económicas não pode nem coarctar, nem afectar as necessidades e as capacidades de desenvolvimento económico de cada país. Por isso, a panóplia de propostas de uniformização de políticas sectoriais contida no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional tem de ser vista e seguida com particular atenção, de modo a permitir que Angola reclame quando os resultados lhe forem desfavoráveis²³.

4.- CONCLUSÕES

Como o crescimento económico não pode parar, Angola terá de implementar estratégias globais de crescimento que favoreçam os sectores e fileiras de maior valor acrescentado interno, como o petróleo (refinados, derivados, química), as madeiras (aglomerados, contraplacados, painéis de partículas, mobiliário, pasta de papel), o algodão (têxteis e confecções), a energia hidroeléctrica e produtos de elevado conteúdo energético (cimento, alumínio e siderurgia).

Os períodos de derrogação que Angola conseguir negociar para a adesão ao protocolo de liberalização do comércio intra-regional terão de ser aproveitados para a introdução de reformas estruturais profundas nos sectores existentes, de modo a imprimir-se uma dinâmica de crescimento muito maior do

²³ Mas a questão da harmonização pode ir mais longe. A coerência do RISDP não se pode esgotar internamente, sendo necessário ir mais longe e compatibilizá-lo com a NEPAD, e com as restantes agendas dos doadores e quer foram definidas em diferentes reuniões do G8 (e particularmente da União Europeia): plano de acção do Cairo (1999) entre a UE e a África, o acordo de Cotonou (2000), programa de Barcelona e o programa MEDA entre a UE e a África do Norte, etc.

que a que tem sido registada no passado, compatível com as suas potencialidades naturais e passível de catapultar o país para estádios de desenvolvimento mais aproximados dos seus parceiros comunitários.

É perfeitamente possível esperar, a partir da consolidação da paz e da realização de investimentos básicos promotores da reconciliação nacional e da integração do espaço económico interno, taxas de crescimento médio do produto interno a preços correntes da ordem dos 12,6%²⁴ ao ano, durante 10 anos. Neste contexto, o produto interno bruto poderia ser multiplicado por 3,25 em valor absoluto e o produto por habitante por 2,38.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009**, 2009.
- FERREIRA, Ennes. **Angola-Portugal: Do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais**, Escher, 1990.
- CEIC/UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA. *Relatório Económico de Angola 2009*, CEIC/UCAN, 2010.
- ALVES DA ROCHA, Manuel José. **Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola: Os Factores de Competitividade Territorial**, UCAN/CEIC, 2010.
- ALVES DA ROCHA, Manuel José. **Introdução à Economia Internacional e Integração Regional**. CEIC/UCAN 2007.
- WORLD BANK. **World Development Report**. 2010.
- WORLD BANK. **World Development Indicators**. 2010.
- GOVERNO DE ANGOLA. **Relatórios de Balanço dos Programas Económicos do Governo** de 2007, 2008 e 2009.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. **Monografia Geral de Angola**, 2008.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. **Linhas de Força do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo 2009-2013** (documento não divulgado), 200
- SECRETARIADO DA SADC. **Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional**, 2003.
- WELTEKE, Ernst – As Experiências Europeias da Moeda Comum: O Euro e a Crise Financeira Internacional, Palestra na Universidade Católica de Angola, 27 de Outubro de 2010.

²⁴ Taxa média anual de crescimento do PIB em dólares correntes calculada para o cenário forte das Linhas de Força do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo (Governo de Angola).